

FASUL EDUCACIONAL **(Fasul Educacional EaD)**

PÓS-GRADUAÇÃO

CONTABILIDADE, AUDITORIA E CONTROLADORIA

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

CONTABILIDADE, AUDITORIA E CONTROLADORIA

DISCIPLINA: CONTABILIDADE GERENCIAL
RESUMO
A contabilidade gerencial é a área da contabilidade que tem maior responsabilidade no que tange a subsidiar a tomada de decisão, fazendo a empresa seguir rumo aos objetivos traçados pela alta cúpula organizacional. Nesse sentido, a contabilidade gerencial leva em consideração os aspectos internos da empresa, considerando, em primeira mão, as atividades operacionais, as quais são também conhecidas como atividades de valor, conceituadas de maneira mais formal com um conjunto denominado cadeia de valor.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA 1 CONCEITO E FUNÇÕES DA CONTABILIDADE GERENCIAL O CONTADOR GERENCIAL O SISTEMA DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INFORMAÇÃO GERENCIAL CONTÁBIL INFORMAÇÃO E VANTAGEM COMPETITIVA
AULA 2 A CADEIA DE VALORES CADEIA DE VALOR E OBJETIVOS ORGANIZACIONAIS AS EXPECTATIVAS DOS CLIENTES E O CONTROLE DO PROCESSO A PERSPECTIVA DOS STAKEHOLDERS E OS OBJETIVOS ORGANIZACIONAIS O PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E O CONTROLE GERENCIAL
AULA 3 ORÇAMENTO EMPRESARIAL ORÇAMENTO DE VENDAS ORÇAMENTO DE CAPITAL PROJEÇÃO DOS DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS ASPECTOS COMPORTAMENTAIS DO ORÇAMENTO
AULA 4 O CONTROLE GERENCIAL NAS ORGANIZAÇÕES DESCENTRALIZAÇÃO DA GESTÃO DAS ORGANIZAÇÕES CENTROS DE RESPONSABILIDADE PREÇOS DE TRANSFERÊNCIA CUSTO DE OPORTUNIDADE
AULA 5 PAPEL DA RECOMPENSA NO CONTROLE DA EMPRESA TEORIAS DE MOTIVAÇÃO FATORES QUE AFETAM A MOTIVAÇÃO INDIVIDUAL MENSURAÇÃO DE DESEMPENHO EFETIVO E SISTEMAS DE RECOMPENSAS RECOMPENSA COMO INCENTIVO E RESPONSABILIDADES AO FUNCIONÁRIO

AULA 6

PAPEL DA RECOMPENSA NO CONTROLE DA EMPRESA
TEORIAS DE MOTIVAÇÃO
FATORES QUE AFETAM A MOTIVAÇÃO INDIVIDUAL
MENSURAÇÃO DE DESEMPENHO EFETIVO E SISTEMAS DE RECOMPENSAS
RECOMPENSA COMO INCENTIVO E RESPONSABILIDADES AO FUNCIONÁRIO

BIBLIOGRAFIAS

- MEGLIORINI, E. Custos: análise e gestão. 2. ed., rev. e ampl. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.
- PADOVEZE, C. L. Contabilidade gerencial: um enfoque em sistema de informação contábil. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- FREZZATTI, F. et al. Controle gerencial: uma abordagem da contabilidade gerencial no contexto econômico, comportamento e sociológico. São Paulo: Atlas, 2009.

DISCIPLINA:
AUDITORIA CONTÁBIL

RESUMO

A contabilidade e a auditoria são áreas estreitamente relacionadas, já que a base para a atuação dos auditores contábeis está nas demonstrações contábeis, que são produzidas e expressas por meio de sistemas de contabilidade, sendo preparadas pelo setor de contabilidade e controladoria das organizações. O processo evolutivo da auditoria contábil está atrelado à evolução da contabilidade como ciência e setor auxiliar à gestão, no processo de suporte informacional e de tomada de decisões. A abordagem da área foi aprimorada, ao longo do tempo, por parte da auditoria externa, refletindo necessidades ligadas à evolução das organizações, em especial o aumento da complexidade nas transações, no comércio exterior e nas novas formas de arranjo organizacional, considerando principalmente a inovação tecnológica.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO
ÓRGÃOS E ENTIDADES RELACIONADAS
AUDITORIA INTERNA E AUDITORIA INDEPENDENTE NA CONTABILIDADE
INDEPENDÊNCIA DO AUDITOR EXTERNO
APLICAÇÃO DAS NORMAS DE AUDITORIAS VIGENTES NO BRASIL

AULA 2

INTRODUÇÃO
BALANÇO PATRIMONIAL E DISCUSSÕES PARA A AUDITORIA
AUDITORIA CONTÁBIL E A DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS
NOTAS EXPLICATIVAS PARA A AUDITORIA
APLICAÇÃO DAS PRINCIPAIS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

AULA 3

INTRODUÇÃO
AS ATIVIDADES PRELIMINARES DO TRABALHO DE AUDITORIA
OS PRINCIPAIS PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA
PAPÉIS DE TRABALHO
APLICAÇÃO DOS MODELOS DE TRABALHO DO AUDITOR E SUA ANÁLISE

AULA 4

INTRODUÇÃO

AS NORMAS PROFISSIONAIS DO AUDITOR INDEPENDENTE

O PROCESSO DE AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

REQUISITOS ÉTICOS, CETICISMO E JULGAMENTO PROFISSIONAL

PRÁTICA 4: APLICAÇÃO DAS NORMAS RELATIVAS À AUDITORIA INTERNA (AI)

AULA 5

INTRODUÇÃO

O PROCESSO DE AMOSTRAGEM NA AUDITORIA CONTÁBIL

A APLICAÇÃO DE TESTES EM AUDITORIA

MATERIALIDADE EM AUDITORIA

APLICAÇÃO DA AUDITORIA E O CONTROLE INTERNO

AULA 6

INTRODUÇÃO

AS MODIFICAÇÕES NA OPINIÃO DO AUDITOR INDEPENDENTE

INTRODUÇÃO AO RELATÓRIO-COMENTÁRIO

O PARECER DO AUDITOR INDEPENDENTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EXEMPLO DE EMISSÃO DO RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS
DEMONSTRAÇÕES CONDENSADAS

BIBLIOGRAFIAS

- BRASIL. Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TA 220 Estrutura Conceitual, de 20 de novembro de 2015. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 21 nov. 2015.
- IAA BRASIL. Definição de Auditoria Interna. Disponível em:
<https://iiabrasil.org.br/ippf/definicao-de-auditoria-interna>.

DISCIPLINA:
CONTROLADORIA

RESUMO

Nos últimos anos, muitos estudos têm se dedicado a explorar os principais aspectos da controladoria, no entanto você deve estar se perguntando como ela surgiu. Você conhece a história da controladoria? A origem da controladoria está ligada de forma direta ao processo de evolução dos meios sociais e de produção que ocorreram com a Revolução Industrial (desde o século XVIII). Dentre os fatores responsáveis pela origem da controladoria, cita-se: “Aumento em tamanho e complexidade das organizações; globalização física das empresas; crescimento nas relações governamentais com negócios das companhias; aumento no número de fontes de capital” (Schmidt; Santos; Martins, 2014, p. 1). O primeiro fator é talvez um dos mais impactantes no modelo de gestão das organizações: as grandes empresas passaram por diversas modificações no que tange a sua estrutura, devido às mudanças nos processos de produção estimuladas pela Revolução Industrial. Com ela, a natureza dos negócios mudou, surgiram grandes empresas, e, com a construção da estrada de ferro nos Estados Unidos (século XIX), tornou-se possível o aumento da produtividade devido ao aumento da demanda de produtos (Schmidt; Santos; Martins, 2014). Assim, com o aumento físico das empresas, juntamente com a ampliação da demanda, houve a necessidade de criação de mecanismos de acompanhamento e gestão dessas novas instituições.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO
CONTROLADORIA
PAPEL DA CONTROLADORIA NO PROCESSO DE GESTÃO
CONTROLADORIA COMO ÓRGÃO EMPRESARIAL
RAMO DE CONHECIMENTO E O PROFISSIONAL DE CONTROLADORIA

AULA 2

INTRODUÇÃO
ESTILO DE GESTÃO
PROCESSO DE GESTÃO E MODELO DE DECISÃO
MODELO DE INFORMAÇÃO
MODELO DE MENSURAÇÃO

AULA 3

INTRODUÇÃO
CONTABILIDADE GERENCIAL
CONTABILIDADE FINANCEIRA
CONTABILIDADE, FISCO E LEGISLAÇÕES ESPECÍFICAS
DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS E A ANÁLISE ATRAVÉS DE INDICADORES
ECONÔMICO-FINANCEIROS

AULA 4

INTRODUÇÃO
ASPECTOS GERAIS DO PLANEJAMENTO OPERACIONAL
ASPECTOS GERAIS DO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO
VANTAGEM DO USO DO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO
FATORES CRÍTICOS DE SUCESSO DO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

AULA 5

INTRODUÇÃO
LIMITAÇÕES DO ORÇAMENTO
PLANEJAMENTO ECONÔMICO
PLANEJAMENTO FINANCEIRO
PLANEJAMENTO DE CAPITAL

AULA 6

INTRODUÇÃO
BENEFÍCIOS DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO GERENCIAL
SISTEMA DE INFORMAÇÃO EM CONTROLADORIA
SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO EMPRESARIAL (SIGE)
ASPECTOS GERAIS DE BALANCED SCORECARD

BIBLIOGRAFIAS

- FIGUEIREDO, S.; CAGGIANO, P. C. Controladoria: teoria e prática. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2017.
- OLIVEIRA, L. M.; PEREZ JUNIOR, J. H.; SILVA, C. A. S. Controladoria estratégica: textos e casos práticos com solução. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

- SCHMIDT, P.; SANTOS, J. L.; MARTINS, M. A. S. Manual de controladoria. São Paulo: Atlas, 2014.

DISCIPLINA:
CONTABILIDADE EMPRESARIAL E TRIBUTÁRIA

RESUMO

Ao longo do tempo, a contabilidade deixou de ser produzida apenas para cumprir a legislação fiscal e passou a desempenhar um papel importante dentro das empresas, com informações geradas para os mais diversos públicos, sejam eles internos ou externos, tais como os fornecedores, os empregados, os sócios e acionistas, os bancos, entre outros. Dada a importância atribuída à contabilidade e à entrega de informações da situação econômica e financeira das empresas, os estudiosos criaram diversos ramos para que cada trate de assuntos específicos, tais como: a contabilidade empresarial, a tributária, a de custos, a gerencial etc. Porém, independentemente do ramo que se estude, há que se ter em mente que todos estão voltados para o mesmo objetivo, que é de manter as entidades bem informadas sobre seus resultados, diante de um mercado que está cada dia mais competitivo.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO
OBJETIVOS DOS RELATÓRIOS CONTÁBEIS
USUÁRIOS DA CONTABILIDADE
TIPOS DE EMPRESAS
EXEMPLOS PRÁTICOS DE SOCIEDADE

AULA 2

INTRODUÇÃO
OBJETIVOS DOS RELATÓRIOS CONTÁBEIS
RELATÓRIOS CONTÁBEIS OBRIGATÓRIOS X NÃO OBRIGATÓRIOS
CAPITAL DE TERCEIROS E CAPITAL PRÓPRIO
EXEMPLOS PRÁTICOS DOS CÁLCULOS DA ESTRUTURA DE CAPITAL

AULA 3

INTRODUÇÃO
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
ANÁLISE DO FLUXO DE CAIXA
INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DA EMPRESA
EXEMPLOS PRÁTICOS DOS CÁLCULOS DOS ÍNDICES DE LIQUIDEZ

AULA 4

INTRODUÇÃO
FINALIDADE DA CONTABILIDADE DE CUSTOS
SISTEMAS DE APURAÇÃO OU CUSTEIO DE CUSTOS
AVALIAÇÃO DE ESTOQUES
EXEMPLOS PRÁTICOS DO CUSTEIO POR ABSORÇÃO E CUSTEIO VARIÁVEL

AULA 5

INTRODUÇÃO

PRINCÍPIOS TRIBUTÁRIOS CONSTITUCIONAIS

FATO GERADOR, INCIDÊNCIA E NÃO INCIDÊNCIA TRIBUTÁRIA

TRIBUTOS SOBRE A RENDA LUCRO REAL, PRESUMIDO E SIMPLES NACIONAL

EXEMPLOS PRÁTICOS DO LUCRO REAL, PRESUMIDO E SIMPLES NACIONAL

AULA 6

INTRODUÇÃO

PIS, COFINS, ICMS E ISS

ENCARGOS SOCIAIS SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO

OBRIGAÇÕES FISCAIS PRINCIPAIS E ACESSÓRIAS

EXEMPLOS PRÁTICOS DE CÁLCULO DE ENCARGOS SOCIAIS

BIBLIOGRAFIAS

- MAMEDE, G. Direito Societário. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2021.
- MARION, J. C. Contabilidade empresarial: instrumentos de análise, gerência e decisão. 18. ed. São Paulo: Atlas, 2018.
- RIBEIRO, O. M. Contabilidade básica. 4. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

DISCIPLINA:

METODOLOGIA DE AUDITORIA INTERNA

RESUMO

Para iniciarmos nossa disciplina, devemos retornar ao passado e entender um pouco sobre a história da auditoria e a sua evolução ao longo do tempo. Conforme Maffei (2015), a palavra auditoria é originada do latim audire, que significa “ouvir” – o que se relaciona diretamente com a essência dessa atividade.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO

CONTROLES INTERNOS

POSICIONAMENTO DA AUDITORIA INTERNA

ABRANGÊNCIA DE ATUAÇÃO DA AUDITORIA INTERNA

NORMAS DE AUDITORIA INTERNA

AULA 2

INTRODUÇÃO

CÓDIGO DE ÉTICA PARA O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO

REQUISITOS E ATRIBUIÇÕES DO AUDITOR INTERNO

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DO AUDITOR INTERNO

CAPACITAÇÃO CONTINUADA DO AUDITOR INTERNO

AULA 3

INTRODUÇÃO

PROCEDIMENTOS E TÉCNICAS DE AUDITORIA INTERNA

RISCOS DE AUDITORIA INTERNA

AMOSTRAGEM

EVIDÊNCIAS E TESTES EM AUDITORIA INTERNA

AULA 4

INTRODUÇÃO
EXECUÇÃO DO TRABALHO DE AUDITORIA INTERNA
COMUNICAÇÃO DOS RESULTADOS DA AUDITORIA
ACOMPANHAMENTO DAS PROVIDÊNCIAS TOMADAS
DOCUMENTAÇÃO DA AUDITORIA: PAPÉIS DE TRABALHO

AULA 5

INTRODUÇÃO
ESTRUTURAÇÃO E ORGANIZAÇÃO E DA ÁREA DE AUDITORIA
AUTOMAÇÃO DOS PROCESSOS DE AUDITORIA INTERNA
GESTÃO DA AUDITORIA INTERNA
PLANEJAMENTO GLOBAL DA AUDITORIA INTERNA

AULA 6

INTRODUÇÃO
GERENCIAMENTO DE RISCOS CORPORATIVOS (GRC)
O PAPEL DA AUDITORIA BASEADA EM RISCOS - ABR
AUDITORIA INTERNA E GOVERNANÇA CORPORATIVA
AUDITORIA INTERNA E O COMITÊ DE AUDITORIA

BIBLIOGRAFIAS

- ATTIE, W. Auditoria: conceitos e aplicações. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2018.
- CORDEIRO, C. M. R. Auditoria interna e operacional: fundamentos, conceitos e aplicações práticas. São Paulo: Atlas, 2013.
- COSTA, R. S. Curso de Auditoria Interna. Rio de Janeiro: CRCRJ, 2015.

DISCIPLINA:

ANÁLISE DO MERCADO FINANCEIRO NACIONAL E INTERNACIONAL

RESUMO

Ao iniciarmos nosso estudo, vamos trilhar uma área do conhecimento em que a compreensão dos diversos temas que iremos abordar é de suma importância para o entendimento do todo. É importante que você, caro(a) parceiro nesta jornada, entenda fundamentalmente a necessidade de se compreender este Mercado e sua relevância dentro de um contexto macro das ações estabelecidas na condução da Política Macroeconômica do País. É a Política Econômica, por meio da Política Monetária, que dá um norte a ser seguido e tem no Mercado Financeiro o espaço adequado para implantar suas diretrizes, dado a relevância e abrangência do sistema. Em um curso de especialização em Finanças e Vendas, não entender o mercado financeiro, suas nuances, as ações de Estado e sua finalidade no processo de gestão da liquidez do mercado é não saber interpretar os cenários visando uma eficiente administração do futuro das Empresas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO
POLÍTICA MONETÁRIA
POLÍTICA FISCAL
POLÍTICA CAMBIAL
POLÍTICA CREDITÍCIA E DE RENDA

AULA 2

INTRODUÇÃO
OS AGREGADOS MONETÁRIOS NO BRASIL
MERCADO ABERTO OU OPEN MARKET
REDESCONTO, COMPULSÓRIO E A LEI Nº 14.185/2021
QUANTITATIVE EASING OU FLEXIBILIDADE QUANTITATIVA

AULA 3

INTRODUÇÃO
ÓRGÃOS NORMATIVOS
ENTIDADES SUPERVISORAS
OPERADORES DO SFN
LEI N. 13.709 - LGPD

AULA 4

INTRODUÇÃO
TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS
O MERCADO DE AÇÕES E A [B]3
TAXA DE CÂMBIO E REGIME CAMBIAL
EXPORTAÇÕES E O BALANÇO DE PAGAMENTOS

AULA 5

INTRODUÇÃO
POLÍTICAS DE CRÉDITO E O SPREAD BANCÁRIO
GERENCIAMENTO DE RISCO
TIPOS DE RISCOS
TIPOS DE GARANTIAS EM OPERAÇÕES DE CRÉDITO

AULA 6

INTRODUÇÃO
BLOCOS ECONÔMICOS
CRISES GLOBAIS
O PAPEL DAS TAXAS DE JUROS
JUROS, TAXAS NOMINAIS, REAIS E ATIVOS FINANCEIROS

BIBLIOGRAFIAS

- CLETO, C. Coleção Gestão Empresarial FAE Business School. Curitiba: Editora Gazeta do Povo, 2002.

DISCIPLINA:

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

RESUMO

O ambiente financeiro ainda parece ser algo distante para muitos de nós brasileiros. Mesmo as empresas têm dificuldades em tomar decisões financeiras em razão das muitas incertezas tanto no cenário econômico como no político. As decisões sobre novos investimentos empresariais dependerão da correta leitura do cenário econômico envolvendo, por exemplo, o nível de emprego e da renda das famílias. Por outro lado, as decisões das empresas sobre financiamentos estarão ligadas às taxas de juros internas e externas, além da flutuação das moedas (câmbio). Então, quanto maior

for o nível de incertezas, maiores serão os riscos de serem frustradas as expectativas dos retornos esperados. Os temas desta primeira aula têm a ver justamente com expectativas de retorno e riscos envolvidos nas decisões de investimentos e financiamentos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

O PAPEL E O AMBIENTE DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA
DINÂMICA DAS DECISÕES FINANCEIRAS DA EMPRESA
RISCO E RETORNO
TEORIA DO PORTFÓLIO
CUSTO DE OPORTUNIDADE E CRIAÇÃO DE VALOR

AULA 2

TAXA MÍNIMA DE ATRATIVIDADE (TMA) E VALOR ANUAL UNIFORME EQUIVALENTE (VAUE)
VALOR PRESENTE LÍQUIDO (VPL)
TAXA INTERNA DE RETORNO (TIR)
PAYBACK E ÍNDICE DE LUCRATIVIDADE (IL)
ANÁLISE DE INVESTIMENTOS SOB CONDIÇÃO DE RISCO OU INCERTEZA

AULA 3

GESTÃO DO CAPITAL DE GIRO E DE CAIXA
GESTÃO DE VALORES A RECEBER
ADMINISTRAÇÃO DE CRÉDITO
GESTÃO DE ESTOQUES
GESTÃO DE PASSIVOS CIRCULANTES

AULA 4

ORÇAMENTO OPERACIONAL
ORÇAMENTO DE ATIVIDADES FINANCEIRAS
ORÇAMENTO DE CAPITAL
PROJEÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – PARTE I
PROJEÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – PARTE II

AULA 5

MONITORAMENTO DO CONTROLE ORÇAMENTÁRIO
FLUXOS DE CAIXA E PLANEJAMENTO FINANCEIRO
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES OPERACIONAIS
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS

AULA 6

MONITORAMENTO DO CONTROLE ORÇAMENTÁRIO
FLUXOS DE CAIXA E PLANEJAMENTO FINANCEIRO
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES OPERACIONAIS
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS

BIBLIOGRAFIAS

- ASSAF, A. N. Finanças corporativas e valor. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2014.
- CORNETT, M. M.; ADAIR JR, T. A.; NOFSINGER, J. Finanças. Trad. R. B. Taylor. Porto Alegre: McGraw Hill; Bookman, 2013.
- ROSS, S. A.; WESTERFIELD, R. W.; JAFFE, J.; LAMB, R. Administração financeira. 10. ed. Porto Alegre: McGraw Hill; Bookman, 2015.

DISCIPLINA:
GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS

RESUMO

Ante o surgimento e organização da Administração Pública, que advém do século XVIII e XIX, quando o Estado deixou de ser absolutista e passou a ser Estado de Direito, separando os Poderes e estabelecendo conexões com vários ramos do direito, surgiram princípios e normativas para garantir a segurança ao direito do povo em relações particulares e públicas. Para entendermos melhor a grande máquina que se tornou a Administração Pública, devemos estudar de uma forma mais aprofundada os temas principais: centralização e descentralização; concentração e desconcentração; administração direta e indireta, por meio das autarquias; fundações públicas; empresas públicas; sociedades de economia mista; agências reguladoras; agências executivas e terceiro setor. Nesse contexto, destacamos que a centralização ocorre quando o Estado executa suas missões de maneira direta, por meio de seus órgãos e agentes que compõem sua estrutura. A descentralização, por sua vez, ocorre quando o Estado executa suas missões de maneira indireta, delegando-as a outras entidades.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO

ATOS ADMINISTRATIVOS

PRINCÍPIOS E RESPONSABILIDADES DO DIREITO ADMINISTRATIVO

PODERES ADMINISTRATIVOS

CLASSIFICAÇÃO E EXTINÇÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS

AULA 2

INTRODUÇÃO

PRINCÍPIOS DA LICITAÇÃO

MODALIDADES DA LICITAÇÃO

EXCLUDENTES DE LICITAÇÃO

REVOGAÇÃO, INVALIDAÇÃO E DESISTÊNCIA DA LICITAÇÃO

AULA 3

INTRODUÇÃO

CONTRATOS, CONVÊNIOS E CONSÓRCIOS

TIPOS DE CONTRATO

CLÁUSULAS OBRIGATÓRIAS

EXECUÇÃO E INEXECUÇÃO CONTRATUAL

AULA 4

INTRODUÇÃO

O MERCADO ECONÔMICO E GESTÃO DE CONTRATOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

GESTÃO DE CONTRATOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

ASPECTOS IMPORTANTES SOBRE GESTÃO DE CONTRATOS PÚBLICOS
A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

AULA 5

INTRODUÇÃO

PRINCIPAIS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

ASPECTOS IMPORTANTES AOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS E A LEI N. 8.666/93

EXECUÇÃO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

BENS PÚBLICOS

AULA 6

INTRODUÇÃO

CONCESSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS

TERCEIRO SETOR – LEI N. 13.019/2014

CONTROLES E PODERES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL E OUTRAS LEGISLAÇÕES PERTINENTES À

GESTÃO E À FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS PÚBLICOS

BIBLIOGRAFIAS

- CARVALHO, M. Manual de Direito Administrativo. 5. ed. Salvador, BA: Editora Juspodium, 2017.
- DI PIETRO, M. S. Z. Direito Administrativo. 27. ed. São Paulo: Atlas, 2014.
- FILHO, J. dos S. C. Manual de Direito Administrativo. 27. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2014.

DISCIPLINA:

LEGISLAÇÃO COMERCIAL

RESUMO

A disciplina de Legislação Comercial aborda temas atuais e importantes, dentre eles destacamos: Direitos fundamentais e direitos humanos – aspectos gerais; Direitos individuais e coletivos; Direitos sociais; Nacionalidade e direitos políticos e Tratados internacionais.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

DIREITOS FUNDAMENTAIS E DIREITOS HUMANOS

DIREITOS INDIVIDUAIS E COLETIVOS

DIREITOS SOCIAIS

NACIONALIDADE E DIREITOS POLÍTICOS

TRATADOS INTERNACIONAIS

AULA 2

EMPREGADO, EMPREGADOR E CONTRATO DE TRABALHO

SALÁRIO E REMUNERAÇÃO

ALTERAÇÃO, SUSPENSÃO E INTERRUÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO

RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO

VENDEDOR E REPRESENTANTE COMERCIAL

AULA 3

FUNÇÃO, FORMAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DOS CONTRATOS

EXTINÇÃO DOS CONTRATOS

CONTRATOS EM ESPÉCIE I
CONTRATOS EM ESPÉCIE II
CONTRATOS EM ESPÉCIE III

AULA 4

EMPRESÁRIO INDIVIDUAL
CLASSIFICAÇÃO DAS PESSOAS JURÍDICAS
PANORAMA GERAL DAS SOCIEDADES
AS SOCIEDADES LIMITADAS
AS SOCIEDADES ANÔNIMAS

AULA 5

RELAÇÃO DE CONSUMO: CONSUMIDOR, FORNECEDOR, PRODUTO OU SERVIÇO
DIREITOS BÁSICOS DOS CONSUMIDORES
RESPONSABILIDADE POR FATO DO PRODUTO E DO SERVIÇO
RESPONSABILIDADE POR VÍCIO DO PRODUTO OU SERVIÇO
DA DECADÊNCIA E PRESCRIÇÃO

AULA 6

DAS PRÁTICAS COMERCIAIS: OFERTA E PUBLICIDADE
DAS PRÁTICAS COMERCIAIS: POLÍTICAS ABUSIVAS E COBRANÇA DE DÍVIDAS
DA PROTEÇÃO CONTRATUAL DO CONSUMIDOR
OS TÍTULOS DE CRÉDITO
DAS SANÇÕES PENAIS E ADMINISTRATIVAS

BIBLIOGRAFIAS

- BRASIL. Constituição (1988). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.
- BRASIL. Ministério Das Relações Exteriores. SCI: Sistemas atos internacionais. Disponível em: <http://daimre.serpro.gov.br/apresentacao/tipos-de-atos-internacionais/>.
- GOMES, E. B.; MONTENEGRO, J. F. Introdução aos estudos de direito internacional. Curitiba: InterSaberes, 2016.

DISCIPLINA:

GERENCIAMENTO DE CAPITAL

RESUMO

A administração financeira está inserida em todas as nossas relações, sejam elas humanas, comerciais ou produtivas. Especificamente, em gestão de negócios, a gestão financeira é responsável pela: tomada de decisões que maximizem a riqueza do empreendimento; redução ao mínimo possível de risco do negócio; orientação da receita ao volume e obtenção de lucros reais. Ou seja, ela é quem demandará o presente e o futuro da organização. Este material procura abranger de maneira clara e didática os principais fatores que englobam a administração financeira e o gerenciamento de capital, para que você compreenda as bases dessas áreas e desenvolva a sua atuação nelas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

CONCEITOS GERAIS
O ADMINISTRADOR FINANCEIRO

FERRAMENTAS DE CÁLCULO FINANCEIRO
CALCULADORAS FINANCEIRAS - A HP-12C
FERRAMENTAS DE PROJEÇÃO FINANCEIRA

AULA 2

DECISÕES FINANCEIRAS NAS CORPORAÇÕES
PROJEÇÕES DE RECEITA
RECEITA E SAZONALIDADE
PROJEÇÕES DO BALANÇO FINANCEIRO E FLUXO DE CAIXA
A FUNÇÃO FINANCEIRA NAS EMPRESAS

AULA 3

PONTO DE EQUILÍBRIO OPERACIONAL
CUSTOS FIXOS E VARIÁVEL
MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO
GRAU DE ALAVANCAGEM OPERACIONAL (GAO)
GRAU DE ALAVANCAGEM FINANCEIRA (GAF)

AULA 4

GESTÃO DO CAPITAL DE GIRO
MATÉRIA-PRIMA E O ESTOQUE EXCEDENTE
EFICIÊNCIA DE GIRO E ESTOQUE
INDICADORES FINANCEIROS
ÍNDICES FINANCEIROS

AULA 5

ANÁLISE DE INVESTIMENTOS
CUSTOS EM INVESTIMENTOS
CÁLCULO E MENSURAÇÃO DOS CUSTOS EM INVESTIMENTOS
CUSTO MÉDIO PONDERADO DE CAPITAL
VAUE (VALOR ANUAL UNIFORME EQUIVALENTE)

AULA 6

VALOR PRESENTE LÍQUIDO (VPL)
TAXA INTERNA DE RETORNO (TIR)
TIR INCREMENTAL
PAYBACK SIMPLES
PAYBACK ATUALIZADO

BIBLIOGRAFIAS

- CASTANHEIRA, N. P. Matemática financeira aplicada. 3. ed. Curitiba: Ibpex 2010.
- CHIAVENATO, I. Gestão financeira: uma abordagem introdutória. 3. ed. Barueri: Manole, 2014.
- LAM, C. 6 planilhas essenciais para sua empresa. Exame, 27 mar. 2013. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/pme/noticias/6-planilhas-essenciais-para-sua-empresa>.

DISCIPLINA:
PERÍCIA CONTÁBIL E ARBITRAGEM

RESUMO

O estudo da Perícia Contábil no Brasil vem desde 1928, com a primeira definição dada por Santos: o exame feito na contabilização de uma administração com o fim de determinar a regularidade ou irregularidade, ou a situação dos fatos ou somente de certos atos que à mesma administração se prendem. A perícia pode se estender ao estudo dos serviços contábeis afim de dar-lhes organização ou aconselhar reformas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO
FUNDAMENTOS DA PERÍCIA CONTÁBIL
DIFERENÇAS ENTRE PERÍCIA E AUDITORIA
ASPECTOS PROFISSIONAIS
ASPECTOS TÉCNICOS E DOUTRINÁRIOS

AULA 2

INTRODUÇÃO
NBC TP 01 – PROCEDIMENTOS PARA ELABORAÇÃO DA PERÍCIA
NBC TP 01: PLANEJAMENTO
NBC PP 01: NORMAS RELATIVAS AO PROFISSIONAL
NBC PP 01: RESPONSABILIDADES

AULA 3

INTRODUÇÃO
PERÍCIA ARBITRAL
HONORÁRIOS DO PERITO
JUSTIÇA GRATUITA
MERCADO DE TRABALHO

AULA 4

INTRODUÇÃO
QUESITOS
PERITO CONTADOR-ASSISTENTE
PROVA PERICIAL
ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHOS

AULA 5

INTRODUÇÃO
SEGUNDA PERÍCIA, DISPENSA E ANTECIPAÇÃO DA PROVA PERICIAL CONTÁBIL
PARECER TÉCNICO
PERÍCIA CONTÁBIL NA JUSTIÇA DO TRABALHO
ESTUDO DE CASO - PERÍCIA CONTÁBIL TRABALHISTA

AULA 6

INTRODUÇÃO
NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE
FRAUDE E ERRO
CASOS DE APLICAÇÃO DA PERÍCIA CONTÁBIL E SUGESTÃO DE QUESITOS

PERÍCIA NA CONTABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

BIBLIOGRAFIAS

- ANTUNES, J. Parecer pericial divergente sobre lauda pericial contábil incompleto e inconcluso. Disponível em:
https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4102557/mod_resource/content/1/EAC401%20Aula05%20Metodologia%20Pericia.pdf.
- BRASIL. Lei 4.983, de 18 de maio de 1966. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 19 maio 1966.
- _____. Lei 5.869, de 11 de janeiro de 1973. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 12 jan. 1973.

DISCIPLINA:
GESTÃO CONTÁBIL

RESUMO

Nesta disciplina vamos tratar do panorama da contabilidade financeira no Brasil atualmente. Sabemos que a contabilidade no Brasil é fortemente regulada, seja por leis específicas (Lei 6.404/76 e Lei 10.406/2003) ou por normas emanadas dos órgãos reguladores, que serão estudados adiante. Mais precisamente a partir do ano de 2005, o Brasil optou por aderir às regras internacionais de contabilidade, mais precisamente os IFRS, numa tradução livre “Regras internacionais de relatórios financeiros”. Essa nova estrutura conceitual da contabilidade brasileira tem início com a criação em 2005, por meio da resolução do Conselho Federal de Contabilidade 1.055/2005 do CPC – Comitê de pronunciamentos contábeis – órgão que possui total independência em suas deliberações (pronunciamentos técnicos, interpretações e orientações), embora receba suporte material do CFC.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

MODELOS CONTÁBEIS DE EVIDENCIAÇÃO
PRESSUPOSTOS DA ENTIDADE E CONTINUIDADE
PRESSUPOSTOS DA COMPETÊNCIA DE EXERCÍCIOS
AUDITORIA E PARECER

AULA 2

ATIVO – CONCEITO E COMPONENTES
PASSIVO – CONCEITO E COMPONENTES
PATRIMÔNIO LÍQUIDO
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS

AULA 3

CONCEITOS DE RECEITAS E DESPESAS
ESTRUTURA DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
ASPECTOS FISCAIS DOS COMPONENTES DA DRE
ASPECTOS ESPECIAIS DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

AULA 4

DFC PELO MÉTODO INDIRETO
ANÁLISE DAS VARIAÇÕES DE CAIXA

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
VARIACIONES NA DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

AULA 5

ESTRUTURA E FORMAÇÃO DO DVA
DVA: ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO
NOTAS EXPLICATIVAS
APLICAÇÃO PRÁTICA DAS NES

AULA 6

ATIVOS CONTINGENTES
PASSIVOS CONTINGENTES
RESERVAS NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PROVISÕES

BIBLIOGRAFIAS

- ALMEIDA, M. C. Manual prático de interpretação contábil da lei societária. São Paulo: Atlas, 2014.
- ALMEIDA, N. S. de. Casos para ensino em contabilidade societária. São Paulo: Atlas, 2014.
- AZEVEDO, O. R. Comentários às regras contábeis. São Paulo: IOB SAGE, 2014.